



MINISTÉRIO PÚBLICO

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR

Rua Coronel Eulálio Filho, 722, centro, Campo Maior/PI - 64.248-000 - Tel/Fax: (86) 3252-1003

secretariacampomaior@mppl.mp.br

NF 282-063.2017

Ex.^{mo} Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Campo Maior/PI

O MINISTÉRIO PÚBLICO, com base nas peças de informação em epígrafe, cujos autos integram esta petição inicial, cumprindo o que dispõe os arts. 24 e 41 do Código de Processo Penal, vem oferecer

DENÚNCIA

contra

PAULO CÉSAR DE SOUZA MARTINS, brasileiro, ex-Prefeito Municipal de Campo Maior/PI, filho de Odália Soares de Sousa e de Joaquim de Sousa Martins, CPF 428.950.573-20, nascido em 01/01/1970, residente na Rua Coronel Eulálio Filho, 139, centro, neste município de Campo Maior/PI, podendo ser encontrado ainda na BR 343, km 04, zona rural, município de Campo Maior/PI; e,

HELDER EUGÊNIO GOMES, brasileiro, CPF 287.840.653-20, residente na Avenida Higino Cunha, 653, Teresina/PI, 64.014-220, único sócio administrador da empresa de Informações, Divulgações e Notícias LTDA – ME, “Editora 180 graus”, CNPJ n.º 04.696.542/0001-00;

Maurício Soares de Souza
Promotor de Justiça

Recebi em 29.11.2017 às 13:17h. - Prot. 333-~~28~~



MINISTÉRIO PÚBLICO

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR

Rua Coronel Eulálio Filho, 722, centro, Campo Maior/PI - 64.248-000 - Tel/Fax: (86) 3252-1003
secretariacampomaior@mppi.mp.br

NF 282-063.2017

pelos fatos e motivos seguintes:

O primeiro denunciado exerceu o cargo público de prefeito municipal de Campo Maior/PI, de janeiro de 2011 até julho de 2012, bem como de 1º de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2016, quando encerrou o mandato que lhe fora outorgado.

Assim, entre janeiro de 2011 e dezembro de 2016, o primeiro denunciado foi gestor municipal de Campo Maior, logo, ordenador único de despesas do município, conforme determinava, ao tempo dos fatos, o art. 54, XXII e seu §1º, da Lei Orgânica Municipal de Campo Maior¹, portanto, era o responsável pela regular aplicação normativa e legal em todos os atos administrativos perpetrados no município, dentre estes, aqueles impostos pelo art. 37, XXI, da CRFB/88² e em seu regulamento, diga-se, a Lei n.º 8.666/93.

Ocorre que enquanto do exercício do cargo de prefeito municipal de Campo Maior/PI, em nome desta edilidade mirim, relegando seu dever de zelar pela legalidade e eficiência administrativa, entre fevereiro de 2011 e junho de 2016, usando de recursos financeiros do tesouro municipal, portanto, sem vinculação (próprios de Campo Maior/PI – FPM, ICMS, etc), **o primeiro denunciado contratou sem qualquer espécie de prévio procedimento licitatório com a empresa administrada pelo segundo denunciado, EDITORA 180 GRAUS**, adquirindo,

¹ Lei Orgânica Municipal de Campo Maior vigente à época - **Art. 54º - Compete privativamente ao Prefeito:...XXII – Superintender a arrecadação de tributos e preços, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizado as despesas e os pagamentos, dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos autorizados pela Câmara;...§ 1º - O Prefeito municipal poderá delegar as atribuições ou as atribuições previstas nos incisos XIII, XXIII, XXIV, XXV deste artigo.**

² CRFB/88 - Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: ...XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Mauro César de Souza
Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR

Rua Coronel Eulálio Filho, 722, Centro, Campo Maior/PI - 64.248-000 - Tel/Fax: (86) 3252-1003

secretariacampomaior@mppi.mp.br

NF 282-063.2017

fracionadamente, serviços de publicidade e divulgação, serviços que somados ultrapassaram o limite global, por ano financeiro, de R\$8.000,00(oito mil reais), pelo que exigiam prévia e regular licitação.

Observou-se, em pesquisa SAGRES/TCE-PI, alimentado com dados oriundos das prestações de contas do primeiro denunciado, que entre os anos de 2011 e 2016, o Município de Campo Maior/PI, sob seu comando, contratou **serviços de publicidade e divulgação no valor de R\$190.215,00**(cento e noventa mil, duzentos e quinze reais), conforme se observa às fls. 07/08 dos autos, tudo mediante dispensa de licitação, pois sem qualquer procedimento licitatório.

Pior! Em busca pelo CNPJ da empresa do segundo denunciado no Diário Oficial dos Municípios, conforme se exorta às f. 09, observa-se que referida contratação administrativa JAMAIS foi objeto de qualquer publicação pelo primeiro denunciado no meio oficial de publicações, seja de mero extrato contratual, seja de aditivos ou justificativas quaisquer para dispensa de licitação.

Tem-se, portanto, que o primeiro denunciado dolosamente dispensou licitação que tinha o dever legal de realizar e contratou serviços de publicidade e divulgação com a empresa administrada pelo segundo denunciado, tudo sem qualquer procedimento licitatório e sem jamais efetivar a regular publicação de tais contratos administrativos no Diário Oficial dos Municípios, formalidade esta que deixou de ser observada, em evidente afronta ao art. 37, caput, e inciso XXI da CRFB/88, ao art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93, bem como ao art. 28 da Constituição do estado do Piauí³.

Conforme f. 12/27, no ano de 2011, dispensando processo licitatório, o município de Campo Maior/PI, por ordem do primeiro denunciado,

³ CE/PI - Art. 28. Os Municípios publicarão, em seu órgão de imprensa, dentro de dez dias, a partir da ulitimação do ato respectivo:...III - os avisos de editais de concurso público e licitação; IV - os extratos dos atos de nomeação, admissão, contratação, promoção, exoneração, demissão e aposentadoria de seu pessoal, sob pena de nulidade absoluta. Parágrafo único. No município onde não houver órgão de imprensa oficial, a publicação dos atos referidos neste artigo e no art. 22 será feita no Diário Oficial dos Municípios, órgão de publicação dos atos municipais, instituído e oficializado por legislação municipal específica dos referidos entes federativos...;

Marcos Gomes de Souza
Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR

Rua Coronel Eulálio Filho, 722, centro, Campo Maior/PI - 64.248-000 - Tel/Fax: (86) 3252-1003
secretariacampomaior@mppi.mp.br

NF 282-063.2017

contratou serviços de publicidade e divulgação com a empresa administrada pelo segundo denunciado no valor de R\$23.700,00(vinte e três mil e setecentos reais), valor que teve seu pagamento fragmentado em 14(quatorze) parcelas, a saber:

ANO 2011

Pagamentos realizados pelo primeiro denunciado a empresa administrada unicamente pelo segundo denunciado no ano de 2011:

Empenho nº 750 – dia 10/02/2011 – valor: R\$1.200,00 (extrato detalhado à f. 14);
Empenho nº 1461 – dia 26/04/2011 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 15);
Empenho nº 1543 – dia 30/05/2011 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 16);
Empenho nº 1860 – dia 30/06/2011 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 17);
Empenho nº 2304 – dia 29/07/2011 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 18);
Empenho nº 2533 – dia 10/08/2011 – valor: R\$1.000,00 (extrato detalhado à f. 19);
Empenho nº 2631 – dia 30/08/2011 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 20);
Empenho nº 2639 – dia 30/08/2011 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 21);
Empenho nº 2702 – dia 09/09/2011 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 22);
Empenho nº 2705 – dia 09/09/2011 – valor: R\$1.000,00 (extrato detalhado à f. 23);
Empenho nº 3016 – dia 07/10/2011 – valor: R\$1.000,00 (extrato detalhado à f. 24);
Empenho nº 3086 – dia 28/10/2011 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 25);
Empenho nº 3349 – dia 08/11/2011 – valor: R\$1.500,00 (extrato detalhado à f. 26); e,
Empenho nº 3470 – dia 30/11/2011 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 27).
TOTAL(contratado no ano de 2011) - R\$23.700,00(vinte e três mil e setecentos reais).

Idêntico comportamento reiterou-se pelo primeiro e segundo denunciados no ano seguinte, diga-se, 2012, quando o município de Campo Maior/PI, por ordem do primeiro denunciado, dispensando licitação, contratou serviços de publicidade e divulgação com a empresa pertencente e comandada pelo segundo denunciado no valor de outros R\$28.500,00(vinte e oito mil e quinhentos reais), valor que teve seu pagamento fragmentado em 09(nove) parcelas, a saber:

ANO 2012

Pagamentos realizados pelo primeiro denunciado a empresa administrada unicamente pelo segundo denunciado no ano de 2012:

Empenho nº 63 – dia 10/01/2012 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 30);

Marcelo Gomes de Sousa
Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR

Rua Coronel Eulálio Filho, 722, centro, Campo Maior/PI - 64.248-000 - Tel/Fax: (86) 3252-1003

secretariacampomaior@mppi.mp.br

NF 282-063.2017

Empenho nº 178 – dia 23/01/2012 – valor: R\$12.500,00 (extrato detalhado à f. 31);
Empenho nº 189 – dia 30/01/2012 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 32);
Empenho nº 424 – dia 29/02/2012 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 33);
Empenho nº 767 – dia 10/04/2012 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 34);
Empenho nº 995 – dia 10/05/2012 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 35);
Empenho nº 1095 – dia 30/05/2012 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 36);
Empenho nº 1597 – dia 10/07/2012 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 37); e,
Empenho nº 1741 – dia 30/07/2012 – valor: R\$2.000,00 (extrato detalhado à f. 38).
TOTAL(contratado no ano de 2012) - R\$28.500,00(vinte e oito mil e quinhentos reais).

Apesar da irregularidade administrativa ser latente, conforme f. 39/48, no ano de 2013, novamente dispensando processo licitatório, o município de Campo Maior/PI, ainda sob o comando administrativo do primeiro denunciado, pois reeleito para o cargo de prefeito municipal, sem qualquer licitação, voltou contratar serviços de publicidade e divulgação com a empresa pertencente e administrada pelo segundo denunciado no valor de R\$24.000,00(vinte e quatro mil reais), valor que teve seu pagamento fragmentado em 08(oito) parcelas, a saber:

ANO 2013

Pagamentos realizados pelo primeiro denunciado a empresa administrada unicamente pelo segundo denunciado no ano de 2013:

Empenho nº 1079 – dia 10/05/2013 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 41);
Empenho nº 1410 – dia 10/06/2013 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 42);
Empenho nº 1692 – dia 10/07/2013 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 43);
Empenho nº 1975 – dia 09/08/2013 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 44);
Empenho nº 2260 – dia 10/09/2013 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 45);
Empenho nº 2484 – dia 10/10/2013 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 46);
Empenho nº 2767 – dia 08/11/2013 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 47);
Empenho nº 3123 – dia 20/12/2013 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 48);
TOTAL(contratado no ano de 2013) - R\$24.000,00(vinte e quatro mil reais).

As ações em lume, foram repetidas pelo primeiro e segundo denunciados durante todos os anos do segundo mandato daquele, pelo que nos anos de 2014, 2015 e 2016, dispensando o regular e legalmente exigido processo licitatório, o município de Campo Maior/PI, por ordem do primeiro

Marcos Gomes de Souza
Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR

Rua Coronel Eulálio Filho, 722, centro, Campo Maior/PI - 64.248-000 - Tel/Fax: (86) 3252-1003

secretariacampomaior@mppi.mp.br

NF 282-063.2017

denunciado, contratou serviços de publicidade e divulgação com a empresa de propriedade e administrada pelo segundo denunciado, sendo que em todos os anos financeiros em lume, referidas contratações ultrapassaram o limite legal de R\$8.000,00(oito mil reais), deixando-se latente o dolo na ação dos denunciados, bem como a pessoalidade em pactuar em favorecimento do segundo denunciado, pois proprietário e administrador da empresa contratada, a saber:

ANO 2014

Pagamentos realizados pelo primeiro denunciado a empresa administrada unicamente pelo segundo denunciado no ano de 2014:

Empenho nº 110006 – dia 10/01/2014 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 49 e 50);
Empenho nº 204016 – dia 17/04/2014 – valor: R\$6.000,00 (extrato detalhado à f. 49 e 51);
Empenho nº 319006 – dia 30/04/2014 – valor: R\$6.000,00 (extrato detalhado à f. 49 e 52);
Empenho nº 428005 – dia 30/04/2014 – valor: R\$6.000,00 (extrato detalhado à f. 49 e 53);
Empenho nº 528010 – dia 30/05/2014 – valor: R\$6.000,00 (extrato detalhado à f. 49 e 54);
Empenho nº 630003 – dia 30/06/2014 – valor: R\$6.000,00 (extrato detalhado à f. 49 e 55);
Empenho nº 728003 – dia 30/07/2014 – valor: R\$6.000,00 (extrato detalhado à f. 49 e 56);
Empenho nº 828014 – dia 29/08/2014 – valor: R\$6.000,00 (extrato detalhado à f. 49 e 57);
Empenho nº 929014 – dia 30/09/2014 – valor: R\$6.000,00 (extrato detalhado à f. 49 e 58);
Empenho nº 1029011 – dia 30/10/2014 – valor: R\$6.000,00 (extrato detalhado à f. 49 e 59);
Empenho nº 1128003 – dia 28/11/2014 – valor: R\$6.000,00 (extrato detalhado à f. 49 e 60);
Empenho nº 1229002 – dia 30/12/2014 – valor: R\$6.000,00 (extrato detalhado à f. 49 e 61).
TOTAL(contratado no ano de 2014) – R\$69.000,00(sessenta e nove mil reais).

ANO 2015

Pagamentos realizados pelo primeiro denunciado a empresa administrada unicamente pelo segundo denunciado no ano de 2015:

Empenho nº 202031 – dia 10/02/2015 – valor: R\$6.000,00 (extrato detalhado à f. 62 e 63);
Empenho nº 227072 – dia 27/02/2015 – valor: R\$6.000,00 (extrato detalhado à f. 62 e 64);
Empenho nº 330018 – dia 30/03/2015 – valor: R\$6.000,00 (extrato detalhado à f. 62 e 65);
Empenho nº 430218 – dia 30/04/2015 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 62 e 66);
Empenho nº 529066 – dia 29/05/2015 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 62 e 67);
Empenho nº 616011 – dia 30/06/2015 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 62 e 68);
Empenho nº 730002 – dia 30/07/2015 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 62 e 69);
Empenho nº 826007 – dia 31/08/2015 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 62 e 70);
Empenho nº 928006 – dia 09/10/2015 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 62 e 71);
Empenho nº 1026004 – dia 30/10/2015 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 62 e 72);

Maurício Gonçalves Sousa
Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR

Rua Coronel Eulálio Filho, 722, centro, Campo Maior/PI - 64.248-000 - Tel/Fax: (86) 3252-1003

secretariacampomaior@mppi.mp.br

NF 282-063.2017

Empenho nº 1130013 – dia 30/11/2015 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 62 e 73);

Empenho nº 1217005 – dia 30/12/2015 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 62 e 74);

TOTAL(contratado no ano de 2014) – R\$45.000,00(quarenta e cinco mil reais).

ANO 2016

Pagamentos realizados pelo primeiro denunciado a empresa administrada unicamente pelo segundo denunciado no ano de 2016:

Empenho nº 128010 – dia 28/01/2016 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 75 e 76);

Empenho nº 226007 – dia 26/02/2016 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 75 e 77);

Empenho nº 330003 – dia 30/03/2016 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 75 e 79);

Empenho nº 429131 – dia 29/04/2016 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 75 e 78)

Empenho nº 630115 – dia 30/06/2016 – valor: R\$3.000,00 (extrato detalhado à f. 75 e 80).

TOTAL(contratado no ano de 2016) – R\$15.000,00(quinze mil reais).

Mencionado fracionamento restou efetivado para dissimular a dispensa irregular de licitação, a fim de dar aparência de regularidade à contratação efetivada pelos denunciados sem realização de prévio e regular processo licitatório, fazendo-as parecer dispensáveis pois, supostamente, inferiores ao limite disposto no art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93 (R\$8.000,00).

Tamanho foi o dolo dos denunciados em dispensar licitação fora das hipóteses previstas em lei e contratar sem o regular processo licitatório e sem providenciar qualquer publicação de extrato procedimental de dispensa de licitação ou contratual, em evidente benefício do segundo denunciado e em afronta ao princípio da legalidade e impessoalidade administrativa, que entre **agosto e dezembro de 2012**, conforme se denota às f. 28/29⁴, período em que o primeiro réu restou afastado do cargo de prefeito municipal de Campo Maior/PI, nenhum serviço ou pagamento de publicidade ou divulgação foi contratado pelo Município de Campo Maior/PI com o segundo denunciado, deixando-se evidente laço pessoal entre os denunciados.

Inconteste, portanto, que o primeiro denunciado,

⁴ Extratos do SAGRES/TCE-PI, de pagamentos realizados pelo Município de Campo Maior ao segundo réu (CNPJ 04.696.542/0001-00) no ano de 2012;

Maurício Mendes de Souza
Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR

Rua Coronel Eulálio Filho, 722, centro, Campo Maior/PI - 64.248-000 - Tel/Fax: (86) 3252-1003
secretariacampomaior@mppi.mp.br

NF 282-063.2017

enquanto prefeito de Campo Maior/PI, dispensou processo licitatório prévio que deveria realizar e contratou diretamente serviços de publicidade e divulgação nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 com a empresa administrada e de propriedade do segundo denunciado, beneficiando-o diretamente.

Tem-se ainda que o primeiro denunciado, enquanto prefeito de Campo Maior/PI, além de dispensar processo licitatório prévio que deveria realizar para contratar serviços de publicidade e divulgação nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, deixou de publicar no DOM – Diário Oficial dos Municípios extratos de dispensa de licitação e de contratos administrativos firmados com a empresa do segundo denunciado, tendo, portanto, deixado de observar formalidade pertinente à dispensa de licitação⁵, tudo beneficiando diretamente o segundo denunciado que se manteve pessoalmente favorecido perante a administração pública de Campo Maior, durante 06(seis) anos consecutivos, pois contratado sem qualquer licitação.

Face ao exposto, sejam os denunciados notificados para fins de defesa prévia, devendo esta denúncia ser recebida em seguida em todos os seus termos.

Por fim, requista este *Parquet*, desde já, a procedência desta ação, devendo ser o primeiro denunciado condenado, **por seis vezes (uma para cada ano que dispensou ilegalmente licitação e não observou formalidade – publicidade)**, pelo crime descrito no arts. 89 da Lei n.º 8.666/93, **pugnando-se por sua condenação material em pena privativa de liberdade**

⁵ Lei n.º 8.666/93 - Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais. Parágrafo único. **A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.**



MINISTÉRIO PÚBLICO

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR

Rua Coronel Eulálio Filho, 722, centro, Campo Maior/PI - 64.248-000 - Tel/Fax: (86) 3252-1003

secretariacampomaior@mppi.mp.br

NF 282-063.2017

não inferior a 05(cinco) anos de detenção e multa.

Quanto ao segundo denunciado seja igualmente condenado, **por seis vezes (uma para cada ano que foi pessoalmente beneficiado pela dispensa ilegal de licitação determinada pelo primeiro denunciado)**, pelo crime descrito no arts. 89 da Lei n.º 8.666/93, **pugnando-se por condenação material em pena privativa de liberdade não inferior a 03(três) anos e 06(seis) meses de detenção** e multa.

Requer, por fim, sejam os denunciados ainda condenados ao pagamento de indenização mínima pelos danos morais difusos suportados pela Sociedade vítima de toda ação ilícita penal ao pagamento de R\$15.000,00(quinze mil reais) a serem depositados no Fundo Estadual de Modernização do MP, bem como a outros R\$25.000,00(vinte e cinco mil reais) para a vítima individual de sua ação delitiva, Município de Campo Maior/PI, **pois impedido durante 06(seis) anos de tentar contratar serviço de publicidade e divulgação por menor preço.**

Seja observado o rito ordinário previsto para o processamento dos crimes comuns, pois mais benefício aos denunciados.

Campo Maior/PI, 28 de novembro de 2017.

MAURÍCIO GOMES DE SOUZA
Promotor de Justiça

Maurício Gomes de Souza
Promotor de Justiça